Demonstrações Contábeis

Soimpex S.A.

31 de dezembro de 2020 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6º ao 10º andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Soimpex S.A.** Vitoria - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Soimpex S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Soimpex S.A. em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci

Teatrer & onealies det Joans Nuclaci

Contador CRC-1RJ091370/O-0

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo	·		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.924	3.573
Títulos e valores mobiliários	5	16.624	8.931
Contas a receber	6	32	527
Adiantamentos a fornecedores		480	662
Tributos a recuperar	7	2.997	6.246
Outras contas a receber		70	2.744
		29.127	22.683
Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções	8	559	346
Tributos a recuperar	7	51	2.713
Imobilizado	9	9.515	10.037
Intangível		3	3
Ativo de direito de uso	10	102	67
	_	10.230	13.166
Total do ativo	_	39.357	35.849

Balanço patrimonial--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		75	244
Financiamentos	11	64	102
Obrigações com arrendamentos	10	5	70
Adiantamentos de clientes	12	-	1.049
Provisões, encargos sociais e trabalhistas		144	167
Tributos a recolher	13	1.938	651
Participações de empregados no resultado		187	37
Dividendos a pagar	15	19	5
Outras contas a pagar		1.243	23
	_	3.675	2.348
Não circulante			
Obrigações com arrendamentos	10	98	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	691	444
	_	789	444
Patrimônio líquido	15		
Capital social		4.309	4.309
Reserva de lucros		30.584	28.748
Total do patrimônio líquido	_	34.893	33.057
Total do passivo e patrimônio líquido	_	39.357	35.849

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional, líquida Custos das vendas e dos serviços prestados	16 17	7.749 (7.059)	8.129 (6.339)
Lucro bruto	_	690	1.790
Receitas (despesas) operacionais Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais, líquidas	18 19	(514) (3.365) 15	(612) (3.831) 99
Prejuízo operacional		(3.174)	(2.554)
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	20 20 	6.409 (502) 5.907	5.577 (612) 4.965
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.733	2.411
Imposto de renda e contribuição social	14/21	(878)	(1.886)
Lucro do exercício	_	1.855	525

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro do exercício	1.855	525
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.855	525

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

		R	eservas de lucr	os		
				Reserva de	_	
	Capital	Reserva	Retenção de	incentivo	Lucros	
-	social	legal	lucros	fiscal	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	4.309	862	1.225	26.141	-	32.537
Lucro do exercício	-	-	-	-	525	525
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5)	(5)
Constituição reserva de lucro	-	-	520	-	(520)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.309	862	1.745	26.141	-	33.057
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.855	1.855
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(19)	(19)
Constituição reserva de lucro	-	-	1.836	-	(1.836)	•
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.309	862	3.581	26.141	-	34.893

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	2.733	2.411
Depreciação - Imobilizado	2.733 483	511
Depreciação - Ativo de direito de uso	82	101
Ajuste a valor justo do financiamento - BANDES	(5.568)	(4.588)
Variação cambial sobre clientes	128	219
Resultado líquido na venda de ativo fixo	(35)	
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	(24)
Atualização dos depósitos judiciais	(3)	`(1)
Juros sobre arrendamentos de direito de uso	` 5 ´	10
Reversão para provisão de contingências	-	(43)
	(2.175)	(1.404)
Variação nos ativos e passivos	, ,	,
Contas a receber	367	(359)
Tributos a recuperar	5.911	6.291
Adiantamentos a fornecedores	182	(662)
Depósitos judiciais	(210)	(79)
Outros ativos	2.674	(1.717)
Fornecedores	(169)	168
Programa participação	150	-
Adiantamentos de clientes	(1.049)	821
Encargos sociais e trabalhistas	(23)	9
Tributos a recolher	1.393	(1.094)
Outros passivos	1.220	(54)
Imposto de Renda e contribuição social pagos	(737)	(374)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.534	1.546
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Venda de ativo fixo	283	-
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(7.693)	(8.931)
Aquisição de imobilizado	(209)	(18)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.619)	(8.949)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aquisição de financiamentos - BANDES	6.187	5.098
Pagamentos de financiamentos e encargos	(657)	(452)
Pagamentos de arrendamentos de direito de uso	(89)	(108)
Pagamentos de dividendos	(5)	(126)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	5.436	4.412
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	5.351	(2.991)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.573	6.564
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.924	3.573

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Soimpex S.A. ("Companhia" ou "Soimpex"), situada na Rodovia Governador Mário Covas, 10.225, KM 279, na cidade de Serra/ES, constituída como "Sociedade Anônima" e tem como atividades preponderantes a importação e exportação de bens e mercadorias em geral, por conta própria, por encomenda ou por conta e ordem de terceiros, a intermediação e representação comercial de produtos importados, no país ou no exterior, o assessoramento mercantil em importação e exportação, o agenciamento de comércio internacional de mercadorias, operação logística, depósito de mercadorias e a compra e venda de equipamentos, incluindo suas partes e acessórios. A Companhia possui filial em Vespasiano, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela Sotreqpar S.A., que pertence ao Grupo Sotreq e detém 100% das ações ordinárias nominativas.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo aqui evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Essas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram revisadas, aprovadas e autorizadas pela diretoria em 24 de junho de 2021.

1.1. Efeito da Pandemia Covid-19 nas atividades da Companhia

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a propagação da Covid-19 como uma pandemia. A doença é causada por uma infecção respiratória aguda por um novo vírus. Em razão da propagação da transmissão do Covid-19, a governança, em toda a parte do mundo, impôs medidas restritivas de circulação de pessoas, com o intuito de diminuir a aglomeração e, consequentemente, menos pessoas serem infectadas. Contudo, tal decisão, gera consequências no fecho parcial e/ou total da grande maioria das empresas. A Companhia não identificou impacto significativo referente a Covid-19 nas suas demonstrações financeiras.

A Companhia segue normalmente com seu planejamento operacional e de investimento, porém, para atender a nova realidade mundial, a Companhia implementou protocolos de prevenção da Covid-19, como: distribuição de máscaras e álcool em gel, medição de temperaturas, alteração das atividades administrativas para "home office", reestruturação dos espaços administrativos e operacionais, informativos / orientações frequentes sobre a doença, suspensão de viagens, aumento na higienização dos locais, ações específicas para atender as medidas de preservação dos funcionários, clientes e fornecedores.

A Companhia considera que até o momento, não houve mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos trazidos pelas restrições da Covid-19.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Um passivo é classificado como circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos,
 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.4. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Venda de produtos

A receita de venda de máquinas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Reconhecimento da receita--Continuação

b) Prestação de serviços

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços é proveniente dos contratos de armazenagem, manutenção e operações logísticas e são reconhecidas através da medição do tempo de armazenagem e de horas incorridas até a data do balanço.

Além disso, a Companhia possui serviços de agenciamentos de importações que são reconhecidos no desembaraço aduaneiro.

c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva.

2.5. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Tributos--Continuação

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>--Continuação

Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários.

c) <u>Tributos sobre prestação de serviços e vendas</u>

A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social ("PIS") de 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") de 3% e 7,6%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") de 4% a 20%;
- Imposto sobre serviços ("ISS") de 2% a 5%.

Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado.

d) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

Em 2020 a Administração concluiu que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente, sendo assim não identificou riscos e incertezas sobre seus processos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

a) Classificação e mensuração

A avaliação dos ativos financeiros da Companhia está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF Companhia	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Compromissadas	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Aplicações financeiras	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Depósitos judiciais e cauções	Valor justo por meio do resultado
Outras contas a receber	Outras contas a receber	Custo amortizado

b) Redução ao valor recuperável

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão.

c) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

a) Classificação e mensuração

Os principais passivos financeiros da Companhia são contas a pagar a fornecedores, financiamentos, arrendamentos adiantamentos de clientes, dividendos e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação.

Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial.

b) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8. Títulos e valores mobiliários

É composto por recursos aplicados em fundos de investimentos e são registrados pelo valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos e são classificados ao valor justo por meio do resultado.

2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A Administração da Companhia não provisiona para perda contas a receber com partes relacionadas.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens, revisada anualmente pela Administração, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil-econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

2.11. Arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método de aplicação retrospectivo modificado, sendo 1º de janeiro de 2019 a data de adoção inicial.

Companhia como arrendatária

Ativos de direitos de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do contrato do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Arrendamento mercantil--Continuação

Companhia como arrendatária--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início. O passivo de arrendamento foi calculado com base na taxa incremental de 0,7568% a.m em 2020 (0,6871% a.m em 2019).

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, contratos de arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.12. Incentivo fiscal - Fundap

A Companhia está credenciada a se utilizar do benefício fiscal de ICMS do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias ("Fundap"), específico do estado do Espírito Santo, que permite o diferimento do ICMS devido na importação no momento da saída de mercadorias.

Além disso, o Banco do Estado do Espírito Santo ("Bandes") fornece financiamento com base de 75% do ICMS (para as alíquotas até 4%) e 66,67% (para alíquotas acima de 4%) devido no mês anterior para as sociedades credenciadas no FUNDAP e parcela de financiamento em até 25 anos. Caso a Companhia liquide o financiamento à vista, é concedido desconto de 90% do valor devido. O valor contábil dessas operações está registrado ao valor justo.

2.13. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis--Continuação

Alterações no IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a esclarecer os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Seguem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Esclarece os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. A adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Alinha a definição de "omissão material" ou de "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis, envolvidas na preparação das demonstrações contábeis, foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração revisa suas provisões, estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Administração sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre as contas a receber a vencer e vencido, quando aplicável.

b) Vida útil do imobilizado

A Administração da Companhia, com base em laudos de especialistas internos, revisa anualmente as vidas úteis de suas máquinas, motores e equipamentos de aluguel, bem como os valores residuais desses itens, de forma a calcular e contabilizar a depreciação com base em novas taxas de depreciação e apurar novo valor residual do bem quando ocorrer sua baixa por venda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

b) Vida útil do imobilizado--Continuação

A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia.

c) Provisões para risco tributário, cível e trabalhista

Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

d) Estimativa da taxa incremental

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no contrato de arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de necessidade de constituição de provisão para recuperação do ativo - *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse caso, uma perda por *impairment* será reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificados indicadores de *impairment* e, portanto, não registrou provisão para perda sobre tais ativos nos exercícios de 2020 e 2019.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Recursos em caixa	-	1
Banco conta movimento	8	1.201
Aplicações financeiras compromissadas	8.916	2.371
	8.924	3.573

Em 31 de dezembro de 2020, os equivalentes de caixa são compostos principalmente por aplicações financeiras compromissadas e pelo excesso da posição de caixa aplicada após o fechamento do mercado até a abertura do próximo dia útil.

As operações compromissadas são operações com o compromisso do vendedor, normalmente um banco de primeira linha, em recomprar a aplicação por um preço especificado em uma data futura determinada, e a maioria delas possui taxas flutuantes de liquidez diária (CDI). As operações compromissadas foram remuneradas a uma taxa média de 70% do CDI para 2020 e 2019.

O excesso da posição de caixa é totalmente garantido por títulos do governo brasileiro (LFT e NTN), sendo remunerada por taxas flutuantes (CDI - Certificado de Depósito Interbancário) no início do próximo dia útil.

5. Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Fundo de investimento	16.624	8.931
	16.624	8.931
	·	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

A Companhia possui participação em um fundo de investimento exclusivo do Grupo Sotreq. Esse fundo de investimento é composto principalmente por títulos públicos como LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) e são investimentos de renda fixa, contratados principalmente através de fundos de investimento exclusivos. As LFTs são sujeitas à remuneração variável pela taxa Selic.

As letras financeiras possuem vencimentos de, no mínimo, 24 meses. Elas são negociadas nos mercados primário e secundário e foram remuneradas a uma taxa média de 98% do CDI para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020.

6. Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber de clientes	30	52
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	2	475
	32	527

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2020	2019
A vencer	5	66
Vencidos até três meses	25	256
Vencidos de três a seis meses	-	88
Vencidos acima de seis meses	2	117
	32	527

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber de clientes da Companhia no valor de R\$27 (R\$461 em 2019) encontram-se vencidas, mas não totalmente provisionadas. O provisionamento para perda é feito de forma individual para clientes que apresentam risco de crédito.

As movimentações na provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2020	2019
Saldos em 1º de janeiro	_	(12)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	24
Baixa de incobráveis		(12)
Saldos em 31 de dezembro		-

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

	2020	2019
Circulante	-	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	2.727	5.713
PIS e COFINS a recuperar	270	533
·	2.997	6.246
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	-	2.656
PIS e COFINS a recuperar	51	57
·	51	2.713
		_
Total dos tributos a recuperar	3.048	8.959

Em 2018, seguindo a determinação da Lei nº 12.973/2014, *caput* artigo 30, a Companhia se beneficiou da subvenção de investimento registrando o valor de R\$11.679 em Imposto de renda e Contribuição social a recuperar referente aos anos de 2013 a 2016. O crédito registrado é referente à exclusão da base de cálculo do IR/CS dos ganhos relacionados ao incentivo fiscal do Fundo de Desenvolvimento das Atividade Portuárias (FUNDAP), conforme lei citada anteriormente. A recuperação desses valores vem ocorrendo desde 2018, onde a Companhia vem sendo restituída e compensada através de Per/DComps. Dessa forma, a Companhia apresenta em 2020 saldo de valores ainda a serem compensados de IR no valor de R\$2.013 e de CSLL no valor de R\$714 referente a subvenção.

Em 2020, a Companhia obteve a restituição, via Per/Dcomp, de R\$6.360, restando a restituir R\$2.727, considerando a atualização dos juros SELIC.

8. Provisões para contingências, depósitos judiciais e cauções

8.1. Provisões para contingências

	<u> </u>
Em 1° de dezembro de 2019 Baixas/reversão	43 (43)
Em 31 de dezembro de 2019 Baixas/reversão	
Em 31 de dezembro de 2020	

As contingências trabalhistas foram encerradas por perda durante o ano de 2019 e consistiam em reclamações sobre diferenças salariais relativas ao contrato de trabalho executado. Uma delas possuía depósito judicial no valor de R\$9, mas que foi resgatado em 2019 (Nota 8.2).

Totale alle tatale

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Provisões para contingências, depósitos judiciais e cauções--Continuação

8.1. Provisões para contingências--Continuação

Adicionalmente a Companhia têm ações de naturezas trabalhistas e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Trabalhistas Fiscais	-	13
ICMS (i)	2.162	-
Impostos de Importação	799	785
Outros (i)	1.800	13
	4.761	811

⁽i) Durante o ano de 2020, a Companhia teve contra si lavrados autos de infração para a cobrança de ICMS, o que motivou o aumento de ICMS no ano quando comparado a 2019. Da mesma forma, foram aplicadas multas no ano elevando também a rubrica de outros.

8.2. Depósitos judiciais e cauções

Todo o processo referente a subvenção do FUNDAP do que trata da liberação dos recursos financeiros é realizado pelo banco BANDES, onde ficam retidos os valores do caução. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de depósitos é de R\$559 (R\$346 em 2019). O BANDES deduz o montante equivalente a 9% do valor dos financiamentos, que fica depositado sob a modalidade de certificado de depósito bancário ou depósito vinculado, o qual é caucionado em garantia do respectivo contrato. Os valores das cauções são resgatados após a Companhia comprovar junto ao BANDES que aplicou no mínimo os valores retidos para utilização dos serviços de transporte marítimo internacional de contêiner (Nota 11).

Segue abaixo a movimentação dos depósitos judiciais:

	<u> Caução - Bandes</u>	Trabalhista	Total
Em 1° de janeiro de 2019	257	9	266
Adições	458	-	458
Atualização monetária	1	-	1
Resgate (i)	(370)	(9)	(379)
Em 31 de dezembro de 2019	346	-	346
Adições	557	-	557
Atualização monetária	3	-	3
Resgate (i)	(347)	-	(347)
Em 31 de dezembro de 2020	559	-	559

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Provisões para contingências, depósitos judiciais e cauções--Continuação

8.2. Depósitos judiciais e cauções--Continuação

(i) Em 2020 a Companhia utilizou os resgates dos cauções no valor de R\$347 (R\$370 em 2019) comprovando pagamentos junto ao BANDES com a prestações de serviços de transporte marítimo internacional em contêineres, em conformidade com o artigo 4º, inciso III, do Decreto Estadual nº 3473-R de 19/12/2013.

9. Imobilizado

					Instalações,	Construções	5
				Equipamentos	móveis e	em	Total
	Terrenos	Edificações	Ferramentas	de informática	utensílios	andamento	imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.550	7.470	385	23	102	-	10.530
Aguisições	-	8	-	10	-	-	18
Depreciações	-	(389)	(87)	(10)	(25)	-	(511)
Valor contábil	2.550	7.089	298	23	77	-	10.037
Saldos em 31 de dezembro de 2019							
Custo total	2.550	9.717	842	157	269	_	13.535
Depreciação acumulada	-	(2.628)	(544)	(134)	(192)	-	(3.498)
Valor contábil	2.550	7.089	298	23	77	-	10.037
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.550	7.089	298	23	77	-	10.037
Aquisições	-	8		29	65	107	209
Alienações e baixas	-	-	(804)	-	-	(17)	(821)
Depreciações	-	(389)	(60)	(6)	(28)	`	(483)
Baixa de depreciação	-	` -	573	-	` -	-	573
Valor contábil	2.550	6.708	7	46	114	90	9.515
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	2.550	9.725	38	186	334	90	12.923
Depreciação acumulada		(3.017)	(31)	(140)	(220)	-	(3.408)
Valor contábil	2.550	6.708	7	46	114	90	9.515
Taxas anuais de depreciação	-	4%	10%	20%	10%	-	

10. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária no aluguel de equipamentos. A seguir estão os valores contábeis registrados no ativo de direito de uso e a movimentação durante o período:

	Equipamentos
Em 1º de janeiro de 2019	-
Adições	168
Depreciação	(101)
Em 31 de dezembro de 2019	67
Adições	117
Depreciação	(82)
Em 31 de dezembro de 2020	102

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos--Continuação

Abaixo estão apresentados os valores contábeis registrados no passivo de arrendamento a longo prazo e a movimentação durante o período:

	Equipamentos
Em 1º de janeiro de 2019 Adições Acréscimo de juros Pagamentos Em 31 de dezembro de 2019	168 10 (108) 70
Adições Acréscimo de juros Pagamentos Em 31 de dezembro de 2020 Circulante Não circulante	117 5 (89) 103 5 98

O passivo de arrendamento tem vencimento em setembro de 2022 e foi calculado com base na taxa incremental de 0,7568% a.m. (Nota 3.2.d).

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2020	2019
Despesa de depreciação de ativo de direito de uso	(82)	(101)
Despesa de juros sobre passivo de arrendamento	`(5)	`(10)
Despesas relativas a arrendamentos operacionais	-	(1)
Total reconhecido no resultado	(87)	(112)

11. Financiamentos

A Companhia atua na prestação de serviço de importação no Estado do Espírito Santo, como consequência está credenciada no Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias do Espírito Santo - Fundap ("Fundap"). Ela possui o direito de obter financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - Bandes, com juros de 1% ao ano, sem correção monetária, conforme definido pela Lei nº 4.972/1994 em seu artigo 1º, e prazos de carência e de amortização de 5 e 20 anos, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Financiamentos--Continuação

Mensalmente o BANDES, atuando como gestor do Fundap, e amparado por dispositivo legal, realiza leilões administrativos que concedem ao titular o direito de quitação da sua parcela de dívida. Periodicamente os contratos de financiamento com recursos Fundap podem ser objeto de oferta pública, visando à liquidação antecipada destes, observadas as seguintes condições:

- (a) Pagamento em moeda corrente equivalente a, no mínimo, 10% dos saldos devedores dos contratos de financiamentos apurados na data da liquidação;
- (b) Que o recurso advindo do financiamento seja alocado em investimentos exigidos na forma da Lei, ou que sejam depositados no Bandes;
- (c) Que a Companhia retenha sobre a forma de caução o percentual de 9% do valor original do contrato de financiamento, cujo montante será utilizado pelo Bandes para aquisição de títulos de renda fixa (Nota 8); e
- (d) Os contratos poderão ser cedidos mediante leilão, observado o preço mínimo estabelecido pela Lei nº 7.491/03, artigo 3º.

Durante o exercício de 2020, o volume total de financiamentos contraídos pela Companhia, incluindo despesas com cartório e o caução, foi de R\$6.187 (R\$5.098 durante o exercício de 2019) tendo sido parcialmente quitado durante o exercício, no montante de R\$552 (R\$408 em 2019), de acordo com o leilão, gerando receita de R\$5.571 (R\$4.588 em 2019), apresentado como resultado financeiro (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um valor de financiamento de R\$639 no qual cujo leilão estava em andamento, porém existia segurança de atendimento aos compromissos assumidos, dependendo apenas de providências internas para finalização. Desse modo, e com base nas condições históricas da Companhia sobre tal atendimento, o valor foi reconhecido como Receita financeira com desconto de 90%, tendo um passivo de financiamento em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$64. Os processos internos referente ao leilão foram finalizados em janeiro de 2021 com desconto, conforme descrito.

Segue abaixo a movimentação dos financiamentos:

	2020	2019
Em 1 de janeiro	102	44
Pagamentos de financiamentos do ano anterior	(102)	(44)
Despesas com cartório (Nota 19)	44	20
Caução (Nota 8.2)	557	458
Aquisição de financiamentos	5.586	4.620
Pagamentos de financiamentos	(555)	(408)
Receita financeira (Nota 20)	(5.568)	(4.588)
Em 31 de dezembro	64	102

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Adiantamento de clientes

O saldo de adiantamento de clientes está assim apresentado:

	2020	2019
Máquinas (i)	-	765
Importação por conta e ordem (ii)	-	284
Serviços	-	-
Total de adiantamento de clientes	-	1.049

Em dezembro de 2019 a Companhia registrou R\$1.049 referente ao processo de exportação e importação de equipamento. Todo este saldo foi faturado com serviços e máquinas entregues em janeiro de 2020.

13. Tributos a recolher

	2020	2019
ICMS a recolher (i)	1.724	628
IPI a pagar (i)	193	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8	14
ISS a recolher	8	6
PIS a recolher	5	3
	1.938	651

⁽i) O ICMS e IPI da Soimpex estão vinculados às movimentações de importações pela operação Fundap (Nota 11). A incidência do IPI está associada ao NCM (Nomeclatura Comum do Mercosul) do produto. Em dezembro de 2020 houve uma movimentação de R\$23.816 (R\$16.965 em 2019) o que gerou o valor de ICMS a recolher de R\$1.724 (R\$997 em 2019) e IPI a recolher de R\$193.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de apresentação do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos, são os seguintes:

	2020	2019
Ativo diferido	266	317
Passivo diferido	(957)	(761)
Passivo de imposto diferido, líquido	(691)	(444)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A movimentação por natureza dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício é conforme abaixo:

	Provisão perdas de estoque	Provisão valor justo FUNDAP	Provisão contencioso trabalhista	Provisão honorários sem êxitos advocatícios	Subvenção investimento Fundap	Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	263	(447)	14	-	206	-	36
Debitado (creditado) à demonstração do resultado (Nota 21)		(314)	(14)	-	(206)	54	(480)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	263	(761)	-	-	-	54	(444)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado (Nota 21)	(7)	(196)	-	10	-	(54)	(247)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	256	(957)	-	10	-	-	(691)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social integralizado era de R\$4.309, representados por 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$862, em que já se configura o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos a pagar

O estatuto social assegura aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Dessa forma o excedente fica registrado na reserva de dividendos a pagar, no valor total de R\$1.836 (R\$520 em 2019), que é realizada conforme opção da Companhia.

2020	2019
1.855	525
(19)	(5)
1.836	520
	1.855 (19)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de incentivo fiscal

Seguindo a determinação da Lei nº 12.973/2014, *caput* artigo 30, a Companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$26.141 em 2018 referente à exclusão realizada na apuração de IRPJ/CSLL devido ao benefício do Fundap referente aos anos de 2013 a 2016. Para os anos de 2017 a 2020, devido a distribuição de dividendos, não houve recursos suficientes para constituição de reserva de incentivo fiscal.

16. Receita operacional, líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Vendas de máguinas	8.103	7.125
Prestação de serviços	327	1.146
Tributos sobre vendas	(92)	(142)
Devoluções	(5 ⁸⁹)	-
	7.749	8.129

17. Custos das vendas e dos serviços prestados

	2020	2019
Custos das vendas de produtos	(6.961)	(6.120)
Impostos Custos dos serviços prestados	(116) (1)	(82) (131)
Reversão para perda de estoque Outros	20 (1)	- (6)
	(7.059)	(6.339)

18. Despesas com vendas

	2020	2019
Despesas com exportações	(442)	(570)
Propagandas e promoções	(35)	(41)
Outras	(37)	(1)
	(514)	(612)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços de terceiros	(1.208)	(1.300)
Benefícios a empregados (Nota 19.1)	(1.108)	(1.205)
Depreciações - Imobilizado (Nota 9)	` (483)	` (511)
Telefonia, energia e água	(187)	(205)
Depreciações - Ativo de direito de uso (Nota 10)	(82)	(101)
Impostos, taxas e contribuições	(65)	(75)
Despesas legais	(48)	(23)
Material de consumo e ferramentas perecíveis	(36)	(151)
Viagens, refeições e locomoção	(19)	(52)
Multas e perdas	(8)	(19)
Outras	(121)	(189)
	(3.365)	(3.831)

19.1. Despesas com benefícios a empregados

	2020	2019
		4
Salários e comissões	(573)	(646)
Participação nos lucros	(198)	(51)
Encargos sociais	(192)	(240)
Despesas previdenciárias	(139)	(166)
Indenizações	(1)	(83)
Outras	(5)	(19)
Total de despesas com benefícios a empregados (Nota 19)	(1.108)	(1.205)
Número de empregados	10	13

20. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Ganho amortização financiamento - Bandes (Nota 11)	5.568	4.588
Receitas financeiras sobre aplicações	365	488
Juros ativos	356	379
Variação cambial ativa	68	122
Outras	52	-
	6.409	5.577
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(292)	(254)
Variação cambial passiva	(196)	(341)
Juros sobre arrendamentos (Nota 10)	(5)	`(10)
Juros passivos	(1)	-
Outras	(8)	(7)
	(502)	(612)
Receitas financeiras, líquidas	5.907	4.965

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Tributos correntes	(004)	(000)
Impostos correntes sobre o lucro do exercício	(631)	(336)
Impostos não mais recuperáveis	(004)	(1.070)
	(631)	(1.406)
Tributos diferidos		
Diferenças temporárias (Nota 14)	(247)	(457)
Impostos não mais recuperáveis	-	(23)
	(247)	(480)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(878)	(1.886)
O imposto detalhado sobre o lucro da Companhia:		
<u> </u>	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.733	2.411
Tributo calculado com base em alíquotas nominais aplicáveis	(929)	(820)
Despesas não dedutíveis	` (1)	(3)
Baixa de créditos de IR/CS não mais recuperáveis	3	(1.092)
Adoção da IFRS 16	-	(1)
Incentivo fiscal - Lei Rouanet/FMDCA/Esporte/Pronas/Pronon/Idoso	26	-
Demais adições e exclusões, líquidas	23	30
Encargo fiscal	(878)	(1.886)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(631)	(1.406)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(247)	(480)
	(878)	(1.886)

22. Transações com partes relacionadas

Fazem parte do Grupo Sotreq e são partes relacionadas com a Companhia: Sotreq S.A. e Somov S.A. Todas estas são controladas direta ou indireta pela Pertos S.A.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Vendas de serviços

	2020	2019
Vendas de serviços - partes relacionadas		_
Sotreq S.A.	155	259
Somov S.A.	6	193
	161	452

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Compras de produtos e serviços

	2020	2019
Compra de produtos - partes relacionadas		
Sotreq S.A.	2.552	-
	2.552	-
Compra de serviços - partes relacionadas		
Sotreq S.A.	5	3
	5	3

c) Saldos no fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos e serviços

	2020	2019
Contas a receber de partes relacionadas		
Sotreq S.A.	-	276
Somov S.A.	2	199
	2	475
Contas a pagar a partes relacionadas		
Sotreq S.A.	8	-
	8	-
Dividendos a pagar a partes relacionadas		
SotregPar S.A.	19	5
	19	5

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em um mês. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem um mês após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

23. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Seguros--Continuação

Abaixo seguem os seguros contratados em 2020 pela Companhia:

Apólices	Vigência	
Responsabilidade civil geral Riscos operacionais	01/07/2020 a 01/07/2021 01/07/2020 a 01/07/2021	
Transportes	30/06/2020 a 30/06/2021	